



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8852

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Não votados, não tramitados

**Autoria:** Idelfonso Pereira Araújo

**Data:** 09/07/2013

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 92/2013. (NÃO VOTADO). Autoriza ao Poder Executivo Municipal, determinar que as empresas de transporte coletivo concedam dispensa do pagamento de passagem de mulheres grávidas, pacientes de média e alta complexidade, que estiverem com exame agendado, quando se deslocarem com a finalidade de realizar tratamento médico, exames pré-natais, pós-parto e hospitalização.

**Controle Interno – Caixa:** 26.7

**Posição:** 39

**Número de folhas:** 06

---

espécie: R  
categoria: não votados e ou não tramitados  
1: 26.7  
dem: 39  
= flo: 04

25/07  
OK



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 92/2013

AUTOR:

Ver. Idelfonso Pereira Araújo.

ASSUNTO:

Autoriza ao Poder Executivo Determinar que as Empresas de Transporte Coletivo Concedam Dispensa do Pagamento de Passagem Mulheres Grávidas, Pacientes de Média e Alta Complexidade que Estiver com Exame Agendado, Quando se Deslocarem com a Finalidade de Realizar Tratamento Médico, Exames Pré-Natais, Pós-Parto e Hospitalização.

## MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 09/07/2013
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça e Saúde.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº **92** /2013

**“Autoriza ao Poder Executivo determinar que as empresas de transporte coletivo concedam dispensa do pagamento de passagem mulheres grávidas, pacientes de média e alta complexidade que estiver com exame agendado, quando se deslocarem com a finalidade de realizar tratamento médico, exames pré-natais, pós-parto e hospitalização.”**

O povo do município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, decreta e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições aprova a seguinte Lei:

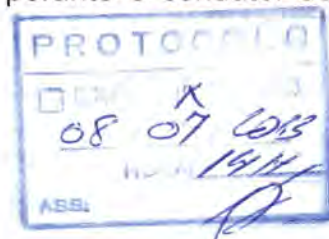
**Art. 1º** Ficam dispensadas de pagar passagem no transporte coletivo municipal, mulheres grávidas, pacientes de média e alta complexidade que estiver com exame agendado, quando se deslocarem com a finalidade de realizar tratamento médico, exames pré-natais, pós-parto e hospitalização.

**§ 1º** O número de deslocamentos mensais, a que se refere o “caput”, fica limitado a 2(dois) por mês, nos casos de exames de média e alta complexidade, pré-natais e pós-parto.

**§ 2º** O número de deslocamentos por mês, previstos no parágrafo anterior, poderá ser ampliado, face às necessidades decorrentes das condições clínicas da beneficiada.

**Art. 2º** Para a concessão do benefício previsto por esta Lei deverá ser apresentada declaração fornecida pelo Sistema Único de Saúde – SUS, necessitando deslocar-se para realização de tratamentos, exames ou hospitalização.

**Parágrafo Único:** A declaração de que trata o “caput” deverá ser apresentada à empresa concessionária do transporte municipal ou perante o condutor do veículo.



**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 08 de julho de 2013.

  
**IDELFONSO PEREIRA ARAÚJO**  
**VEREADOR**

CÁMARA MUNICIPAL DE LOS CLAROS  
A COMISIÓN DE LEGISLACIÓN  
6 JUSTICIA  
EM 09 DE ABRIL DE 2013  
A. Silva  
PRESIDENTE

CÁMARA MUNICIPAL DE LOS CLAROS  
A COMISIÓN DE SERVICIO PÚBLICO  
COS MUNICIPAL  
EM 09 DE ABRIL DE 2013  
A. Silva  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 092/2013** que "Autoriza ao Poder Executivo Determinar que as empresas de transporte coletivo concedam dispensa do pagamento de passagem mulheres grávidas, pacientes de média e alta complexidade e que estiver com exame agendado, quando se deslocarem com a finalidade de realizar tratamento médico, exames pré-natais, pós-parto e hospitalização.", de autoria do Vereador Idelfonso Pereira Araújo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade instituir a gratuidade para as pessoas que especifica quando da utilização do transporte coletivo urbano:

Dispõe o art. 131 da Lei Orgânica:

**Art131** - A concessão de qualquer tipo de gratuidade no transporte coletivo urbano, transporte coletivo municipal, transporte coletivo de táxi e veículos de aluguel, somente poderá ser procedida mediante lei municipal de iniciativa do poder concedente, que contenha um suporte financeiro para custeá-la.

Uma vez que o Poder concedente é o Executivo, a iniciativa de Leis que versem sobre a gratuidade é exclusiva do referido Poder.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e Ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 25 de julho de 2013.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE Nº 92/2013**

**AUTOR: Ver. Idelfonso Pereira Araújo**

**MATÉRIA: Autoriza ao Poder Executivo Determinar que as Empresas de Transporte Coletivo Concedam Dispensa de Pagamento de Passagem de Mulheres Grávidas, Pacientes de Média e Alta Complexidade que Estiver com Exame Agendado Quando se Deslocarem com a finalidade de Realizar Tratamento Médico, Exames Pré Natais, Pós-Parto e Hospitalização.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 09/07/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 08/08/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A proposição tem por finalidade autoriza ao Poder Executivo Determinar que as Empresas de Transporte Coletivo concedam dispensa de pagamento de passagem de mulheres grávidas, pacientes de média e alta complexidade que estiver com exame agendado quando se deslocarem com a finalidade de realizar tratamento médico, exames pré - natais, pós-parto e hospitalização.

Não obstante a relevância social da matéria, observa-se que o projeto invade a competência do Poder Executivo ao legislar sobre matéria de competência exclusiva desse mesmo Poder, especificamente o art. 131 da Lei Orgânica Municipal, a saber:

*Art.131 - A concessão de qualquer tipo de gratuidade no transporte coletivo urbano, transporte coletivo municipal, transporte coletivo de táxi e veículos de aluguel, somente poderá ser procedida mediante lei municipal de iniciativa do poder concedente, que contenha um suporte financeiro para custeá-la.*

Nesse sentido, verifica-se que a proposição incide em vício de iniciativa e fere normas legais e princípios constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: